

Sarney quer orçamento ESTADO DE SÃO PAULO de estatais em outubro

2 - SET 1987
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney assinou decreto, ontem, fixando o prazo de 10 de outubro para que as empresas estatais entreguem à Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) as suas propostas de orçamento para 1988. Na exposição de motivos que acompanha o decreto, o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, explica que não serão fixados prazos para entrega dos orçamentos subsequentes porque essa tarefa deve ficar a cargo da Assembléia Nacional Constituinte.

KLABIN INVESTE US\$ 119,8 MILHÕES

A empresa IKPC (Indústria Klabin de Papel e Celulose S/A) investirá, este ano, o equivalente US\$ 119,8 milhões em projetos de expansão de suas unidades industriais, programa que deverá absorver, nos próximos três anos, mais US\$ 258 milhões. Ao prestar a informação, ontem, no Rio, o diretor-geral do grupo, Alfredo Cláudio Lobl, disse que esse investimento vai manter o crescimento das empresas Klabin que, de 1975 a 1986, registraram um crescimento médio de 15,7% nas vendas.

Acrescentou que, no ano passado, o grupo obteve um faturamento consolidado de US\$ 538 milhões, com um volume de 1,04 milhão de toneladas de papel e celulose e para 1987 espera atingir a US\$ 650 milhões através da venda de 1,08 milhão de toneladas.

Segundo Lobl, as vendas da Klabin para o mercado interno representam 80% de sua produção e que os 20% restantes são referentes a exportações, principalmente para a Comunidade Econômica Européia. Explorou que a empresa consome para a

produção de papel 60% da celulose que ela mesmo produz, e que 34% restantes são vendidos no mercado nacional e para o Exterior.

Ele também anunciou que a empresa obteve lucro líquido de Cr\$ 1,35 bilhão no primeiro semestre do ano, o que possibilitará pagar um dividendo por ação de Cr\$ 3,80, antes da bonificação que será decidida, brevemente, de três novas ações para cada grupo de duas possuídas.

PAGAMENTO DE SEGUROS

As empresas de construção civil estão solicitando ao governo maior utilização dos recursos de suas contribuições para pagamento de seguros de acidente do trabalho e destinadas à execução de programas preventivos. A proposta foi defendida, ontem, no Rio, pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, acrescentando que apenas 1% do que o Ministério da Previdência recolhe para o seguro contra acidente de trabalho é liberado para as empresas fazerem campanhas ou pesquisarem métodos preventivos.

Ele também defendeu um tratamento diferenciado na aplicação da alíquota para recolhimento do imposto, que deveria ser progressivamente menor de acordo com os índices de acidentes verificados em cada empresa. "Essa seria uma forma de estimular as empresas que se preocupam mais com a segurança dos seus empregados", afirmou Chor.

O assunto será um dos temas centrais do 6º Encontro de Segurança do Trabalho, a ser realizado em outubro, conforme informou Antônio Carlos Mendes Gomes, presidente da comissão organizadora.